



Ambiente & Sociedade

ISSN: 1414-753X

revista@nepam.unicamp.br

Associação Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Ambiente e Sociedade
Brasil

Pereira Guimarães, Roberto; Souza dos Reis da Fontoura, Yuna
Rio+20 ou Rio-20?: crônica de um fracasso anunciado
Ambiente & Sociedade, vol. XV, núm. 3, dezembro, 2012, pp. 19-39
Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade
Campinas, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=31725117003>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

RIO + 20 OU RIO-20? CRÔNICA DE UM FRACASSO ANUNCIADO¹

ROBERTO PEREIRA GUIMARÃES²;
YUNA SOUZA DOS REIS DA FONTOURA³

“No dia em que iam matá-lo, Santiago Nasar levantou-se às 5 e 30 da manhã para esperar o barco em que chegava o bispo”. (GARCIA MÁRQUEZ, 1983)

Introdução

Como aparece retratado em inúmeras resenhas literárias sobre o genial livro de Gabriel Garcia Márquez, o jovem Santiago Nasar, acusado por Ângela Vicário de tê-la desonrado, foi estudar na Escola Viverde. A narrativa começa pela frase reproduzida acima e que conta que Santiago foi morto a facadas pelos irmãos de Ângela, os gêmeos Pedro e Pablo. Toda a localidade fica sabendo antes da vingança iminente, mas nada salva Santiago de seu trágico destino, anunciado à primeira linha do romance. Ao longo da história, são escassas as informações sobre Santiago Nasar, o que passa em sua mente, nem mesmo se ele está ciente de que o querem matar. O mistério do livro, concentrado em anunciar a morte de Nasar, está em descobrir quem desonrou Ângela Vicário, que mente sobre o seu autor em função de proteger alguém de quem ela gostava.

Uma dinâmica semelhante ocorreu com a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. Como é sugerido a seguir, o seu fracasso já podia ser vislumbrado muito antes do seu desenlace, já predeterminado por uma série de aspectos que serão objeto de análise. Infelizmente, as semelhanças param por aí. A narrativa de Garcia Márquez é ficcional, enquanto a realidade (trágica) da Rio+20 ainda irá produzir efeitos negativos durante muitos anos. Justifica-se, portanto,

¹ Versão resumida e atualizada de artigo submetido pelos autores para publicação no número especial de Cadernos EBAPE, Volume X, número 3, setembro de 2012.

² Professor e Coordenador do MBA em Gestão Ambiental da Fundação Getúlio Vargas e Professor visitante do Doutorado em Ambiente e Sociedade da Universidade Estadual de Campinas. Endereço para correspondência: Av. Epiácio Pessoa 2566, Bl. A, Ap. 810, Lagoa, CEP 22471-003, Rio de Janeiro - RJ, Brasil. E-mail: robertoguimaraes@hotmail.com

³ Doutoranda em Administração pela Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EBAPE/FGV). Endereço para correspondência: Praia de Botafogo, 190, 5º andar, CEP 22250-900, Rio de Janeiro - RJ, Brasil. E-mail: yuna.fontoura@fgv.br

questionar se a Conferência realizada no Rio de Janeiro em Junho de 2012 pode ser classificada, legitimamente, como a Rio-20, uma vez que não produziu avanço significativo algum em relação à Rio-92, exceto o de manter o desafio do desenvolvimento sustentável na agenda de preocupações da sociedade, mas com um decisivo divórcio entre discursos e compromissos concretos por parte dos governos.

A convocação da Rio+20 reacendeu as esperanças de avançar na transição à uma sociedade global sustentável. A humanidade já havia transmitido a impressão, especialmente na década passada, de ter adquirido uma compreensão bastante acurada dos desafios que a civilização moderna terá que superar para mitigar e adaptar-se ao estresse ambiental planetário. Pese a isso, as questões que ainda dominam as agenda públicas, nacionais e entre os Estados-Nação, parecem eludir a natureza e a profundidade da crise.

Nunca a humanidade esteve tão próxima, não do desastre que muitos ambientalistas apocalípticos sugerem, mas de experimentar as consequências da fragilidade dos sistemas vitais para a vida no planeta. Ativistas e estudiosos são unânimes em advertir que nada menos do que uma nova ética planetária deve emergir se quisermos sobreviver como espécie (GUIMARÃES, 1991, 2001). Esta *transição* à sustentabilidade requer transformações profundas no arquétipo dominante de civilização, em especial no que tange ao padrão cultural de articulação entre os seres humanos e a natureza. O uso manipulado e politicamente interessado do conceito de desenvolvimento sustentável, que chega ao ponto de transformá-lo em oxímoro desprovido de qualquer significado social de transformação, confunde mais do que esclarece o debate (NAREDO, 1998).

É preciso, portanto, que o entendimento adequado sobre a transição reconheça que a humanidade aproxima-se rapidamente, se é que já não sofre os resultados, do esgotamento de um estilo de desenvolvimento *ecologicamente depredador* (exaurindo a base natural de recursos), *socialmente perverso* (gerando pobreza e desigualdade), *politicamente injusto* (congelando a escassez relativa e absoluta no acesso aos recursos), *eticamente reprovável* (desrespeitando as formas de vida humana e não-humanas) e *culturalmente alienado* (produzindo o estranhamento entre os seres humanos e subjugando a natureza). Este reconhecimento implica em advogar por um novo estilo de desenvolvimento, que seja *ambientalmente* sustentável no acesso e uso dos recursos naturais e na preservação da biodiversidade; que seja *socialmente* sustentável na redução da pobreza e da desigualdade e que promova a justiça social; que seja *culturalmente* sustentável na conservação do sistema de valores, práticas e símbolos de identidade que determinam a integração nacional através do tempo; e que seja *politicamente* sustentável ao aprofundar a democracia, garantindo o acesso e a participação de todos os setores da sociedade nas tomadas de decisões (GUIMARÃES e FONTOURA, 2012).

Com o objetivo de analisar o caminho percorrido a partir da Rio-92 e os desafios, em grande parte frustrados, da Rio+20, convém introduzir uma visão geral das mudanças ocorridas nas relações internacionais sobre os problemas ambientais desde a Conferência de Estocolmo em 1972 e em especial a partir da Cúpula de 1992 no Rio

de Janeiro. Desta forma, o artigo busca se aprofundar criticamente nos resultados da Rio+20 para o enfrentamento dos desafios antepostos pela crise de insustentabilidade dos estilos atuais de desenvolvimento, para concluir com algumas reflexões a respeito das ameaças nos próximos anos.

A agenda global de meio ambiente: da Cúpula da Terra em 1992 a Johannesburgo em 2002

Despertada em Estocolmo em 1972, a agenda ambiental global atingiu seu ponto culminante no Rio de Janeiro, vinte anos depois, na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento em 1992, a Rio-92. Nesta que foi a Cúpula da Terra, foram lançadas as bases para uma nova concepção de desenvolvimento, com um novo clima de cooperação internacional, como pode ser observado a partir da adoção de convenções como a de Diversidade Biológica e a de Mudanças Climáticas. A Rio-92 contribuiu ainda para consolidar a percepção da sociedade para a interdependência entre as dimensões ambientais, sociais, culturais e econômicas do desenvolvimento.

Como um resultado direto do processo de globalização, a Cúpula da Terra despertou também a comunidade internacional para a abertura de fóruns internacionais que incluía novos temas provocados por situações de estresse ecossistêmico em nível planetário, intimamente relacionados com o agravamento da crise em muitas regiões do mundo. O processo de globalização econômica reforçava o esgotamento de modelos específicos de organização econômica e social, destacando, ao mesmo tempo, as insuficiências de *estilos de desenvolvimento* como resposta aos tradicionais desafios de superação da pobreza e desigualdade e aos novos desafios resultantes dos limites ecológicos e das severas restrições ambientais para alcançar um desenvolvimento sustentável no século XXI. As pressões provocadas pelo aumento da riqueza nacional para satisfazer as necessidades básicas de uma população crescente já demonstrava os reais impactos na dotação de recursos naturais da região, enquanto o incremento das atividades extrativas e industriais representava pressões ainda mais agudas na capacidade de recuperação dos ecossistemas essenciais para as atividades econômicas (GUIMARÃES, 1992).

A percepção sobre os desafios ambientais para o desenvolvimento sustentável na Rio-92 foram refletidos também nas ações concretas que levaram à “nova” agenda global estabelecida na conferência, na qual novos conceitos em convenções e tratados multilaterais, tais como o princípio de “responsabilidades comuns, porém diferenciadas”, o de “quem contamina, paga” e o “princípio de precaução” foram defendidos. Além disso, novos atores não-estatais, privados e diferentes movimentos da sociedade civil foram incorporados aos circuitos de decisão. Destaca-se a importância fundamental da participação da comunidade científica, a qual desempenhou um papel chave para a adoção da Convenção sobre Mudanças Climáticas (GUIMARÃES, 2002).

Por outro lado, de um ponto de vista não tão positivo, a evolução da agenda global relativa aos regimes internacionais, ambientais e de desenvolvimento sustentável,

também gerou novas ameaças e o ressurgimento de velhos dilemas. Em meados dos anos noventa, a retórica de que as preocupações ambientais não dessem lugar à introdução de novas “condicionalidades” na ajuda oficial ao desenvolvimento, voltou a ser defendido ao redor do mundo, bem como a necessidade de que os países mais pobres resistissem às tendências de substituir a ajuda internacional exclusivamente pelo comércio, como as propostas sugeridas em 1992 de “*trade, not aid*” (GUIMARÃES, 2004).

Acrescente-se ainda a considerável redução da meta percentual do PIB dos países desenvolvidos que deveria ser destinado à ajuda internacional. Se em Estocolmo os países desenvolvidos se comprometeram a destinar 0.7 por cento do PIB a ajuda internacional, à época da Rio-92, os níveis de cooperação haviam sido reduzidos à metade, obrigando a inclusão na Declaração do Rio de um chamado a “recuperar o compromisso de Estocolmo”. Durante a Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas convocada em 1997, cinco anos após a conferência, a ajuda para o desenvolvimento havia diminuído ainda mais, para níveis próximos aos 0.2 por cento do PIB dos países desenvolvidos, compromisso financeiro este que permanece praticamente inalterado na última década (0.27 em 2007). Parece, pois, plenamente justificado ressaltar que a retórica e o compromisso de recursos “novos e adicionais” para países em desenvolvimento foram substituídos para menos recursos do que o disponível, até mesmo antes de Estocolmo e até menos do que fora disponibilizado no período entre as duas guerras mundiais.

Por fim, tanto no âmbito público quanto no privado, os princípios de proteção ambiental e de desenvolvimento sustentável ainda são tidos como uma restrição para o crescimento econômico. Prevaecem as políticas ambientais e os instrumentos de regulação, direta e indireta, de caráter reativo. Em uma comparação mundial, se os países da América Latina e do Caribe destacaram-se pelo nível alto de ratificação dos principais acordos ambientais multilaterais nas últimas décadas (liderando as negociações em mudanças climáticas e biodiversidade, no Protocolo de Kyoto e no Acordo de Cartagena sobre biossegurança), a velocidade dessa ratificação contrasta com o extremamente limitado nível de implementação no nível nacional, condicionado muitas vezes também pelo fracasso dos países desenvolvidos em cumprir com os compromissos assumidos no Rio, em 1992.

Já em 2002, a Cúpula de Johannesburgo poderia ter sido uma oportunidade ímpar para seguir avançando, entre outros, na direção dos compromissos assumidos durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Financiamento para o Desenvolvimento, realizada em Monterrey, México, alguns meses antes (CEPAL, 2002), porém, os resultados da conferência, como veremos a seguir, não dão lugar a perspectivas otimistas sobre os imperativos da sustentabilidade, ao menos no curto prazo.

Em etapas prévias à conferência, ao menos nos Estados Unidos foi divulgado o intenso *lobby* contrário à Rio+10. Em nota difundida por uma organização ativista ambientalista, lobistas financiados com 850 mil dólares pela companhia de petróleo Exxon, enviaram carta ao então Presidente Bush sugerindo que não fosse à Johannesburgo e boicotasse as negociações sobre mudanças climáticas (AMIGOS DA

TERRA, 2002). Para a Exxon “até mais do que a Cúpula de Rio de 1992, a Cúpula de Johannesburg vai prover um palco global de mídia para muitos dos mais irresponsáveis e destrutivos elementos envolvidos em assuntos internacionais críticos sobre economia e meio ambiente. A sua presença iria apenas ajudar a propagandear e dar credibilidade às agendas antiliberdade, antipovo, antiglobalização e antiocidentais”. É triste ter que reconhecer que as aspirações deste grupo de empresários influentes tornaram-se concretas. Afirmavam ainda que “o tema menos importante entre as questões globais mundiais é o das mudanças climáticas e esperamos que seus negociadores mantenham isso fora da mesa de negociação e do foco do encontro... em nossa opinião o pior desfecho de Johannesburg seria o de firmar qualquer passo rumo a uma Organização Mundial de Meio Ambiente, como sugerido pela União Europeia” (THE GUARDIAN, 2012).

Na América Latina e no Caribe, embora os governos da região tenham aprovado na Conferência Preparatória Regional em outubro de 2001 no Rio de Janeiro, a chamada *Plataforma de Ação* (CEPAL 2001), esta se revelava como uma aproximação reativa, marcadamente defensiva *vis-à-vis* a agenda dos países do mundo desenvolvido, sem acrescentar propostas com a marca da originalidade ou da ousadia que requeriam os novos tempos. A *Iniciativa Latino-Americana e Caribenha para o Desenvolvimento Sustentável*, por sua vez, proposta inicialmente pelo governo brasileiro em março de 2002 (PNUMA/ORPALC, 2002), e que buscava acrescentar força à posição regional contida na plataforma, também não identificou metas concretas, quantitativas, frustrando-se as expectativas. Muitos governos da região também expressaram sérias reservas por serem compelidos a reagir a uma agenda pré-definida que não necessariamente refletia os interesses ou as peculiaridades dos países. Por conseguinte, além de terem realizado consultas sub-regionais, também pela primeira vez a região desfrutava não apenas de amplas possibilidades para negociar seus interesses comuns, como para influenciar a própria composição dos assuntos que deveriam ser debatidos pelos chefes de Estado em Johannesburg.

Por fim, a região chegou a Johannesburg sem aproveitar oportunidades únicas para avançar com liderança e visão estratégica, com uma proposta sem maiores inovações, com uma plataforma de ação dispersa e reiterando posições históricas, algumas já superadas pela realidade. Três aspectos já consagrados na agenda internacional, alguns desde Estocolmo, estiveram fortemente ameaçados em Johannesburg.

Primeiramente, verificou-se uma ameaça de retrocesso de grandes proporções no chamado “Princípio de Precaução”, pilar da Rio-92 e um dos aspectos mais revolucionários do regime internacional sobre o meio ambiente. De acordo com a proposta de Plataforma de Ação submetida à negociação, o princípio de precaução deveria ser substituído pelo “uso de um enfoque ecossistêmico, com precaução, sempre que seja possível”. Ora, se já é difícil o consenso sobre o que significa “o enfoque ecossistêmico”, é possível imaginar a ambiguidade de *um* enfoque. Da mesma forma, a definição do que seja um uso “com precaução e sempre que possível” não poderia ser mais inócua e até perigosamente enganosa. Embora este retrocesso tenha sido evitado

a tempos da pré-história da crise ambiental, muito antes até de Estocolmo, esforços e tempo preciosos foram perdidos e teriam sido empregados satisfatoriamente no avanço de uma agenda real da sustentabilidade.

Em segundo lugar, buscou-se também minar, com as mais diversas interpretações, o consagrado princípio das “responsabilidades comuns, porém diferenciadas”. Novamente, a resistência dos países em desenvolvimento, tendo o Brasil como líder, conseguiu reverter esse quadro desfavorável, mais uma vez à custa de energias que seriam mais produtivas se empregadas em novos temas e na busca de respostas para desafios pendentes e compromissos à espera de materialização.

Em terceiro lugar, tratou-se de retroceder no compromisso de “recursos novos e adicionais” assumido pelos países desenvolvidos em 1972, o que provavelmente teria causado espanto em muitos dos presentes em Estocolmo. Como já foi mencionado, o compromisso de destinar 0.7 por cento do PIB dos países industrializados à ajuda oficial para o desenvolvimento, foi sendo paulatinamente enfraquecido, atingindo níveis de 0.22 por cento à época da Rio-92. Durante a Conferência de Monterrey que antecedeu a Rio+10, os países que estavam mais atrasados nesse compromisso, especialmente os Estados Unidos, comprometeram-se a aumentar os seus níveis de ajuda. Ao final, infelizmente, sequer esse compromisso prévio à Rio+10 foi cumprido pelos países desenvolvidos.

Johannesburgo também fracassou no que tange ao processo de “globalização”, intensamente debatido nos Comitês Preparatórios que antecederam a conferência. Este capítulo praticamente desapareceu ao iniciar o debate, sendo incluído no capítulo sobre “meios de implementação”. Transformar uma das características mais fundamentais do contexto atual, cujos mecanismos são em muitos casos responsáveis pelo aprofundamento da crise de sustentabilidade, em um simples “meio de implementação” representaria um retrocesso considerável. Seria equivalente, em termos de política pública, ao contra sentido de considerar a lógica do crescimento demográfico, não como um dado da realidade ou uma dimensão a ser confrontada, mas como “meios” para tornar, por exemplo, políticas de educação ou de previdência social, uma realidade.

O que foi relatado permite, ademais, compreender as distâncias entre os sentimentos de relativo êxito em relação à Rio-92 (GUIMARÃES, 1992) e os de relativa frustração com os resultados alcançados em Johannesburgo-2002 (GUIMARÃES, 2002). É muito mais realista convocar uma conferência para adotar decisões sobre temas específicos e pré-definidos, tais como mudanças climáticas, biodiversidade, desertificação, desmatamento e outros, como ocorreu no Rio em 1992. É possível que alguns governos se oponham e provoquem intenso debate, mas ainda assim é e foi possível negociar um mínimo de posições comuns e alcançar acordos vinculantes em 1992.

Dois motivos fundamentais provocaram o fracasso em Johannesburgo. Por um lado, pecou-se por excesso de otimismo ao acreditar que o mundo já estaria maduro para definir um plano de ação comum, quando na verdade não consegue sequer introduzir maiores graus de governança à Organização das Nações Unidas (ONU). Por outro, pecou-se também por um excesso de pessimismo, ao não apostar na definição

prévia de uma agenda de decisões específicas. Por imaginar um mundo ideal que não existia, e por evitar conflitos propondo uma agenda suficientemente ampla e ambígua para agradar a todos e não alienar os mais poderosos, terminou-se gerando uma situação quase impossível de não provocar o desfecho frustrante.

Tendo em vista todos os desafios e retrocessos, inclusive prévios a Johannesburgo, é legítimo concluir que Johannesburgo em nada acrescentou ao Regime Internacional de Meio Ambiente. Se é correto afirmar que muito pouco se avançou, é correto também constatar que nenhuma das “decisões” adotadas em Johannesburgo requeriam da sua realização. A bem da verdade, a Rio+20 de 2012 padecia das mesmas insuficiências e, em termos de resultados, muito pouco avançou em relação à fracassada Rio+10, se é que não retrocedeu ainda mais nos compromissos assumidos vinte anos antes.

Autopsia de um fracasso: “Houston, we’ve had a problem” on the way to Rio...

Decorridas duas décadas do mais significativo evento mundial em busca do desenvolvimento sustentável, a Rio +20 previa o pouco ousado objetivo de que os governos somente renovassem os compromissos políticos com o desenvolvimento sustentável firmados anteriormente nas principais cúpulas sobre o tema, de forma a avaliar o progresso, identificar lacunas na implementação das decisões adotadas e estabelecer novos compromissos (UNCSD, 2012). Em meio à recessão econômica global e mediante a constatação de que pouco se avançou no que tange ao desenvolvimento sustentável nas últimas décadas (GUIMARÃES e FONTOURA, 2010; UNEP, 2012), a conferência iniciou no dia 13 de junho de 2012 e, com o passar dos dias, provocou um elevado descrédito por parte da sociedade civil, dos meios de comunicação e da comunidade científica (ANTUNES e ANGELO, 2012; CARVALHO, 2012; FOEI, 2012; GREENPEACE, 2012a, 2012b e 2012c; NOGUEIRA, 2012; PIRES, 2012; WWF, 2012). Além da participação dos chefes e representantes de Estado (mais de 190 países enviaram representantes para o Rio, em grande parte de segundo escalão e ausências notórias da Chanceler da Alemanha e do Presidente dos Estados Unidos, entre muitas outras), participaram dos eventos paralelos: sociedade civil global (composta principalmente por Organizações Não-Governamentais – ONGs, cooperativas, comunidades indígenas, comunidades quilombolas, grupos religiosos e demais movimentos sociais); cientistas de diferentes áreas; *think tanks*, comunidades epistêmicas, políticos e representantes do setor privado.

A mensagem que o astronauta Jim Lovell enviou para a base espacial de Houston, depois que uma explosão danificou o módulo de serviço na missão da Apollo 13 em Abril de 1970, retrata fielmente a situação dos preparativos para a conferência realizada em Junho de 2012 no Rio de Janeiro (GUIMARÃES, 2012). Os principais fatores que prenunciavam o fracasso decorreram de diversas características que tornavam a Rio+20 singular, em especial os que se referem à sua concepção, processo preparatório e resultados esperados.

Em primeiro lugar, em nítido contraste com as Conferências de Estocolmo-72 e Rio-92, a Rio+20 não foi concebida como uma Reunião de Cúpula, mas apenas como

uma “Conferência de revisão” (UNCSD, 2012). Isto significa que a presença de Chefes de Estado e de Governo não era requisito fundamental porque não se previa a adoção de decisões de Estado, o que explica o enorme esforço feito pela ONU e pela Presidente brasileira, Dilma Rousseff, para garantir a presença no Rio de Janeiro dos principais atores internacionais com capacidade de decisão. É frustrante recordar que com menos de um mês da conferência, pouco mais da metade confirmou a sua presença, com as ausências mais destacadas da Chanceler alemã, Angela Merkel, do Parlamento Europeu, e do Presidente Barack Obama, além da drástica redução da delegação enviada pela Comissão Europeia.

Intimamente relacionado com o aspecto anterior, não foram previstas decisões de Estado na forma de Tratados, Convenções ou Acordos Ambientais Multilaterais em geral. Comparada com a já mencionada Resolução da ONU 44/228, que definia praticamente vinte resultados específicos que deveriam ser negociados até a Rio-92 e que permitiu que fossem adotadas decisões cruciais por parte de líderes mundiais, tais como a Convenção Quadro sobre Mudanças Climáticas, a Convenção sobre Diversidade Biológica e a Agenda 21, a Resolução 64/236 da Assembleia Geral da ONU (A/RES/64/236) indicava modestamente que “o objetivo da Conferência será o de garantir um compromisso político renovado para o desenvolvimento sustentável, a avaliação do progresso alcançado e das lacunas na implementação dos resultados das reuniões de cúpulas mais importantes sobre o desenvolvimento sustentável, e a identificação de desafios novos e emergentes” (MMA, 2010).

A Rio+20 não esteve centrada, sequer foi desenhada, com o objetivo de culminar negociações sobre aspectos fundamentais para o futuro ambiental do planeta, focando-se somente em discussões, quase acadêmicas, em torno de “economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza” e sobre “o quadro institucional para o desenvolvimento sustentável”. Com o mundo imerso na mais profunda crise econômica desde a Grande Depressão de 1929, foi realmente difícil convencer líderes mundiais a viajarem ao Rio em Junho para simplesmente discutir estes temas, mas sem ter que tomar decisões, de resto, não identificadas em momento algum para a sua ratificação e posta em prática, exceto na vaga declaração política “O Futuro que Queremos”.

Em segundo lugar, o processo preparatório da Conferência chegou a ser exasperante para muitos representantes governamentais e não-governamentais que participaram das reuniões prévias. Na Conferência Planet Under Pressure realizada em Londres em Março de 2012, até mesmo um funcionário do Governo brasileiro queixou-se que “se esperava muito mais desses documentos” e questões como “o clima e a biodiversidade foram deixados de fora da Conferência” (JANSEN, 2012). Alguns líderes empresariais apontaram também para o fato de ainda não ter surgido um só líder mundial que apresentasse uma visão estratégica de futuro, um vazio que deixou efetivamente sem rumo o processo de negociação. O próprio governo brasileiro, de quem se esperava ousadia e liderança coerentes com a sua trajetória em temas ambientais desde a Conferência de Estocolmo, mostrou-se extremamente cauteloso, pouco criativo e até mesmo conservador. O papel privilegiado do Brasil como anfitrião

da Conferência, esteve pautado com um perfil tão baixo que beirou à burocrática omissão. Finalmente, de acordo com um comunicado enviado ao Secretário-Geral, endossado por cerca de mil organizações (intitulado “Excluindo os nossos direitos, colocando sob colchetes o nosso futuro”), grupos representativos da sociedade civil expressaram preocupação de que a Rio+20 estivesse “fadada a adicionar quase nada aos esforços globais para garantir um desenvolvimento sustentável”, advertindo que “muitos governos estão usando as negociações para minar os direitos humanos e a luta por mais equidade, bem como Princípios já acordados como ‘Poluidor-Pagador’, ‘Responsabilidades Comuns mas Diferenciadas’ e o ‘Princípio de Precaução’, entre outros” (CÚPULA DOS POVOS, 2012).

Em terceiro lugar, o “resultado” mais importante da Rio+20, o chamado “Zero Draft” da declaração política “O Futuro que Queremos” enfrentou tantas dificuldades que terminou desprovido de conteúdo. A partir de um documento inicial de 300 páginas, reduzido a um terço de extensão ao iniciar a conferência, ainda estava repleto de colchetes (ou seja, itens ainda não aprovados) para ser concluído. Se levarmos em conta, por exemplo, a proposta dos Estados Unidos de que o documento não deveria ter mais do que cinco páginas, breve e em um tom genérico para poder ser aceito por todos os governos, não é de surpreender a frustração declarada pelo próprio Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon e pela União Europeia (VEJA, 2012).

Algumas ilustrações dos resultados concretos das negociações do “Rascunho Zero” foram suficientes para caracterizar a morte anunciada da conferência. Quando o texto se referia, por exemplo, ao “Direito de alimentação e nutrição adequadas”, prevaleceu uma forte disposição de alguns governos de simplesmente excluí-lo. O mesmo se aplicou à menção ao “Direito de todos a terem acesso a alimentos seguros, suficientes e nutritivos”. A ênfase, de acordo com algumas grandes potências, deveria estar apenas no ambíguo objetivo de “aumento da produtividade agrícola” e na politicamente interessada atenção em “melhorar o acesso dos pequenos agricultores aos mercados globais”. A inclusão explícita no texto para as necessidades especiais de mulheres e de povos indígenas foi sistematicamente rejeitada. De igual modo, decisões arduamente conquistadas em conferências anteriores foram objeto de intenso ataque e boicote por parte das grandes potências, tais como o Direito à Água Segura e Limpa e ao Saneamento ou a regulação dos mercados financeiros e de *commodities*. Temas como estes ainda permaneceram inaceitáveis para os donos do poder e fez-se uso da Rio+20 para dar um passo atrás e renegar acordos anteriores, com todas essas referências no “Rascunho Zero” suprimidas e substituídas por frases vazias de conteúdo prático como as “promover a eficiência” ou “aperfeiçoar o acesso”.

O resultado destas três dinâmicas é que os governos presentes na Rio+20 deixaram o Rio de Janeiro sem compromissos claros para concretizar o desenvolvimento sustentável, sem decisões internacionais vinculantes, sem metas e, em definitiva, sem mecanismos para medir o avanço no sentido do “futuro que queremos”. Um grupo de peritos independentes do Conselho de Direitos Humanos da ONU resumiu com rara felicidade em recente Carta Aberta aos delegados que negociam o futuro que queremos: “existe um risco real de que os compromissos assumidos no Rio permaneçam promessas

vazias, sem um acompanhamento eficaz e sem mecanismos de prestação de contas” (HUMAN RIGHTS COUNCIL, 2012).

Em poucas palavras, tendo em vista tão somente os preparativos e os resultados da Rio+20, qualquer observador é forçado a questionar se os governos estão hoje muito mais preocupados com a manutenção da saúde do sistema financeiro privado internacional, a preservação à qualquer custo de suas economias, e, portanto, não estiveram e não estão dispostos a negociar seus padrões de consumo para melhorar a qualidade de vida da grande maioria da população mundial em situação de pobreza, desemprego, com disparidades crescentes de riqueza, de bens e de acesso aos recursos naturais, e em situações de contínua discriminação e exclusão política. Muitos alertaram, cada vez mais, com maior intensidade e em todos os cantos do mundo, seja nos negócios, na ciência ou na sociedade, para o fato de que os sistemas de suporte da vida no Planeta continuam sendo incessantemente destruídos, da mesma forma como as situações persistentes de pobreza e desigualdade ameaçam a coesão social e geram instabilidade e violência. Quando alertas semelhantes foram feitas no período que antecedeu a Rio-92, o então Presidente dos EUA, George W. Bush (pai) rebateu os críticos de sua postura ambiental declarando que “o modo de vida americano não é negociável; ponto” (DEEN, 2012). Vinte anos mais tarde, os líderes mundiais que estão no poder, especialmente nos países mais ricos e que mais se beneficiaram dos padrões insustentáveis de desenvolvimento, pareceram atuar sob a mesma lógica perversa, e parecem reproduzir a mesma visão de futuro, entrincheirados no passado de seus privilégios às custas do resto do planeta.

Finalmente, a análise dos discursos dominantes durante a conferência (GUIMARÃES e FOUNTOURA, 2012) reforça as relações de poder que se estabeleceram durante a Rio+20, bem como os principais resultados reais advindos da cúpula. Embora o evento tenha sido alardeado na mídia como o grande evento da década no que se refere ao meio ambiente e a garantia de qualidade de vida para as gerações futuras, em especial a garantia de alimento, água e energia para todos os povos, verifica-se que os líderes mundiais não se voltaram para o caráter de urgência que o desenvolvimento sustentável requer, sem que resultados concretos tenham sido firmados no documento final. Pelo contrário, apenas decisões vagas e o reforço de discursos pouco consistentes foram estabelecidos. Neste caso, o que se sobressai é a reafirmação dos valores econômicos, com base no capitalismo neoliberal (principais responsáveis pelas crises econômicas, ambientais e sociais) como principal resultado da Rio+20, ressaltando o poder do setor privado e dos interesses dos países desenvolvidos na atual governança ambiental global. As consequências de manter o mesmo modelo econômico com base nos mercados e nas grandes corporações e suas práticas, é que pouco ou nenhum avanço tenha sido alcançado na direção do desenvolvimento sustentável, com consequências negativas para as gerações atuais e futuras.

É digno de nota que o estabelecimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos pela Colômbia e Guatemala, foi o único resultado real da cúpula. Com o objetivo de expandir os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) que irão até 2015, cabe aos ODS estabelecer indicadores que visem auxiliar

aos governos a implementação dos compromissos firmados na Agenda 21, no Plano Johannesburgo de Implementação e na Rio+20. Ainda assim, constata-se que muito foi discutido e pouco foi definido. Deixou-se mais uma vez temas centrais para uma discussão futura e permanece ainda um sentimento generalizado de repetição do fracasso retórico da Rio+10 em Johannesburgo.

A ameaça de “Colapso”, a Rio +20 e a governança global para o desenvolvimento sustentável

Com o objetivo de aprofundar o significado da Rio+20 e seus principais resultados, vale estabelecer um paralelo entre a conferência e um dos trabalhos mais aclamados na atualidade, ganhador, entre muitos outros reconhecimentos internacionais, do Prêmio Pulitzer: o Colapso de Jared Diamond (2006). Nesta obra, o autor destaca as razões mais importantes para que muitas sociedades fracassassem no passado, chegando até à extinção, como foi o caso da sociedade da Ilha de Páscoa, os maias, e os povos da Groenlândia nórdica que, apesar de sua fortaleza social, econômica, tecnológica e militar, não reconheceram os limites socioambientais do seu padrão de desenvolvimento. Para Diamond (2006), os principais aspectos em que essas sociedades tenham colapsado se devem, em especial, pelo fato delas não terem sido capazes de a) antecipar, b) perceber, c) comunicar e d) atuar frente às ameaças à sua sobrevivência.

A própria necessidade de se debater na Rio+20 o desenvolvimento sustentável ressalta que os governantes e a ONU souberam “antecipar” as dimensões da conjuntura atual. Além disso, temas como preservação ambiental, efeito estufa, mudança climática e biossegurança, antes restrito ao círculo de ambientalistas e cientistas, atualmente é agenda de governança ambiental global, sendo parte das preocupações cotidianas dos indivíduos.

A comunidade internacional também já deu provas suficientes em “perceber” os desafios do novo Milênio. Além de não ter sido a primeira conferência mundial sobre o desenvolvimento sustentável (ao contrário, a Rio-+20 representou a retomada do debate consolidado na Cúpula Terra em 1992), no documento final, somente o verbo “reconhecer” aparece mais de 100 vezes, reafirmando a importância dos temas apresentados na conferência. Assim como IPCC, sigla em inglês do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, que tem por objetivo compreender melhor as mudanças climáticas em sua completude, outras iniciativas científicas se voltaram para o estudo das causas e dos efeitos das mudanças ambientais globais (como o IGBP - Programa Internacional Biosfera – Geosfera e o ESSP - Parceria para a Ciência da Terra). Logo, já não se pode sugerir que os líderes não tenham “percebido” as ameaças antecipadas quatro décadas atrás em Estocolmo.

Os representantes de Estado e a ONU tampouco fracassaram em “comunicar” a importância do debate em torno do desenvolvimento sustentável durante a Rio+20. Aproximadamente 40.000 pessoas, representantes de distintas etnias, estratos sociais e setores de atuação, estiveram na cidade do Rio de Janeiro para debater o tema durante o evento (oficial e paralelos) (PRADA e VOLCOVICI, 2012). Acrescente-

se a isto o interesse da imprensa na conferência, cobrindo os principais eventos de discussão no período da Rio+20, utilizando-se diferentes canais midiáticos (TV, rádio, jornal, internet).

Sendo assim, verifica-se que os líderes mundiais e a ONU durante a Rio+20 não fracassaram em responder aos três primeiros desafios apontados para enfrentar as mudanças ambientais globais: antecipar, perceber e comunicar. O que os principais atores da cúpula novamente evidenciaram foi a sua incapacidade para “atuar” conseqüente com o discurso. Os resultados finais da conferência analisados neste artigo evidenciam que o problema encontra-se na vontade política para “agir” efetivamente. Esta barreira se dá essencialmente pelo conflito de interesses na atual governança ambiental global, no qual cada ator busca ter seus interesses favorecidos, tornando cada vez mais distante a adoção de pontos convergentes. Vê-se claramente que os interesses setoriais e os respectivos campos de atuação continuam a diferir consideravelmente, como revelam as situações do setor privado *versus* movimentos sociais ou países desenvolvidos e países em desenvolvimento.

Assim como destacado por Diamond: “Os cientistas denominam este comportamento de ‘racional’ porque envolve raciocínio correto, embora possa ser moralmente repreensível”. O autor destaca ainda que um modo específico de conflito de interesse, a “tragédia do bem comum”, relacionada ao difundido “dilema do prisioneiro” é aquele em que: “O comportamento racional correto é colher antes que o próximo consumidor o faça, mesmo que o resultado final seja a destruição do bem comum e, portanto, o prejuízo de todos os consumidores” (DIAMOND, 2006, p. 512). Neste caso, para o autor, em muitas situações uma sociedade não busca solucionar seus problemas, uma vez que estes favorecem à um grupo específico. Para alguns agentes na governança ambiental global, abandonar seus valores fundamentais, quando estes não são mais compatíveis com a sobrevivência, é penoso, a ponto de simplesmente não agir. Daí emerge uma das principais questões do estudo: “Até que ponto nós, como indivíduos, preferimos morrer em vez de nos adaptarmos e sobreviver?” (DIAMOND, 2006, p. 517). Tal dilema se aplica perfeitamente à ênfase que ganhou o discurso da economia verde e o discurso da importância do setor privado durante a Rio+20. Ambos visavam a adoção de medidas e decisões que não contrariassem o *status quo* e que favorecem apenas a hegemonia das grandes corporações privadas e a lógica de mercado com base no crescimento econômico infinito no qual cada país decide o que para si é “verde” ou “não”.

Após a Rio+20, cabe aos governantes que aqui definiram “O Futuro que (não) Queremos” tomar decisões concretas nos níveis nacionais e internacionais, bem como nos próximos fóruns que detalharão os aspectos que ficaram em aberto no documento final da cúpula, com a finalidade de evitar conseqüências ainda mais catastróficas. Para tal ímpeto, é preciso que se defenda uma mudança nos discursos dominantes e acima de tudo, nas práticas concretas, voltando-se para valores que de fato ajudarão à humanidade a enfrentar os desafios futuros para o desenvolvimento sustentável.

Pensar no futuro que realmente queremos e, mais especificamente, pensar nas futuras gerações, não significa pensarmos apenas em soluções para os próximos 20, 30,

40 anos, mas ir além. Quantos planetas Terra precisaremos para atender uma população de aproximadamente 9 bilhões nas próximas décadas? Diamond (2006, p. 518) enfatiza esta questão ao ressaltar que “Talvez o segredo do sucesso ou fracasso de uma sociedade esteja em saber a quais valores fundamentais se apegar, e quais descartar e substituir por novos quando os tempos mudarem [...] As sociedades e os indivíduos bem-sucedidos são os que têm coragem de tomar decisões difíceis e a sorte de ganhar suas apostas”. O autor destaca ainda que “Contudo, um líder precisa ter outro tipo de coragem para prever um problema em desenvolvimento ou apenas em potencial, e tomar providências firmes para resolvê-lo antes que se torne uma crise explosiva” (DIAMOND, 2006, p. 525).

Dadas as reflexões em torno da Rio+20, não cabe dúvida que a inação política foi o principal motivo para seu fracasso, que apenas atendeu aos antigos discursos que já provocam o desenvolvimento insustentável e que geraram aquela que foi a pior crise financeira do século no final do ano de 2008, considerada para muitos a pior crise financeira desde 1929 (INVESTMENT WATCH, 2012), com graves consequências ambientais e sociais. Recordando as palavras do documento que o Brasil levou à Conferência do Rio em 1992: “em situações de extrema pobreza, o indivíduo marginalizado da sociedade e da economia nacional não tem nenhum compromisso para evitar a degradação ambiental, uma vez que a sociedade não impede sua própria degradação como pessoa” (GUIMARÃES, 1991, p. 17).

Considerações finais: continuaremos esperando a Godot?

A essas alturas dos acontecimentos, em particular após os fracassos da Rio+10 e da Rio+20, não se pode deixar de reconhecer que o desafio mais importante no novo Milênio está posto na *qualidade* do crescimento (i.e., o aumento nos níveis de bem-estar e a redução das desigualdades socioeconômicas), muito mais que em sua *quantidade* (i.e., o incremento puro e simples da produção material da riqueza). O embaixador Rubens Ricúpero, ex-Secretário Geral da UNCTAD, expressou com muita clareza esse ponto de vista:

É preciso insistir e clamar, oportuna e inoportunamente, que a teoria do “trickle down effect”, da jarra transbordante ou da prioridade de aumentar o bolo, nunca funcionaram nem na China, nem nos EUA. Não basta aumentar a riqueza ou expandir e melhorar a educação. São indispensáveis políticas distributivas e, em matéria de desigualdade racial, políticas corretivas e compensatórias das injustiças e desequilíbrios do passado. (RICUPERO, 2001)

Igualmente adequado foi o alerta do antigo Secretário Geral da ONU, Kofi Annan, ao prefaciá-lo um livro da Universidade de Nações Unidas sobre as implicações do processo de globalização:

[As últimas décadas revelam como] milhões das pessoas ao redor do mundo têm experimentado a globalização não como um agente de

progresso, mas como uma força desagregadora e até mesmo destrutiva, enquanto muitos milhões mais encontram-se completamente excluídos de seus benefícios [...] Muitos a consideram inevitável. Embora seja verdade que seu principal motor seja a tecnologia e a expansão e integração de mercados, não é menos verdadeiro que a globalização não é uma força da natureza, mas o resultado de processos dirigidos por seres humanos. Precisa, por isso mesmo, ser controlado e colocado a serviço da humanidade através de meios administrados cuidadosamente no nível nacional, por países soberanos, e pela cooperação multilateral, no nível internacional. (GRUNBERG e KHAN, 2000, p.18)

Devemos estar atentos ainda para as implicações da globalização para a governabilidade em todos os níveis, planetário, regional, nacional e subnacional. Entre muitas razões, porque as Relações Internacionais são cada vez menos o resultado das interdependências entre países individuais. A erosão de Estados-Nação traz consigo governos fracos e podem levar ao fim de governabilidade. Como conclui Kofi Annan, “muitos aplaudem esta erosão de governabilidade – de fato, muitos vêm isto como o principal atrativo da globalização. *Estes são os verdadeiros anarquistas, muito mais do que os jovens encapuzados que romperam vidraças durante a reunião da OMC, em Seattle em 1999.*” (ibid., ênfase adicionada) .

Se é correto sugerir que a passagem da agenda internacional, de uma exclusivamente ambiental para outra de desenvolvimento sustentável, poderia ser explicada por seu caráter ético, construída a partir das agendas que a precederam, como a de igualdade de gênero e a agenda de direitos humanos (GUIMARÃES, 1996), muitos têm advertido sobre as ameaças para as liberdades civis das medidas para confrontar a nova realidade do terrorismo internacional. Igualmente desastroso seria subordinar os interesses coletivos de bem-estar material e de crescimento espiritual aos interesses fundamentalistas das forças de mercado. Representaria sem dúvida um passo atrás permitir que os avanços alcançados pela civilização ocidental, em certa medida aprofundados pela nova onda de mundialização, fossem agora ameaçados pela luta supostamente de segurança estratégica.

Não menos perturbador tem sido a tendência de conceder prioridade aos interesses econômicos e geopolíticos dos países hegemônicos, relegando a luta contra a pobreza, a redução das desigualdades na distribuição da riqueza e a manutenção da capacidade de suporte dos ecossistemas aos degraus inferiores da escala de prioridades para a cooperação internacional. Como Joseph Stiglitz, Prêmio Nobel de Economia em 2001, reconheceu um mês após o ataque às Torres Gêmeas, “há um sentimento crescente que talvez tenhamos nos equivocado colocando demasiada ênfase nos interesses materiais egoístas, e muito pouco em interesses coletivos” (STIGLITZ, 2001). O risco de retrocesso no caminho da sustentabilidade continua sendo real. Resta a esperança de que predomine a compreensão, como sugere Stiglitz, de que “com a globalização, vem a interdependência, e com a interdependência vem a necessidade de adotar decisões compartilhadas em todas as áreas que nos afetam coletivamente”. Infelizmente, os governos presentes à Rio+20 não demonstraram compromisso para evitar o relativo

esvaziamento da agenda global de meio ambiente em favor de interesses econômicos, estratégicos e de curto prazo.

De fato, o fracasso em promover o desenvolvimento sustentável só pode levar à perpetuação das encruzilhadas atuais de degradação ambiental, pobreza, desigualdade, consumismo e alienação cultural e política. Cedendo ou tarde, todos terão de pagar o preço de irresponsabilidade social e ambiental. O recrudescimento da violência e do terrorismo representam apenas a ponta visível de um iceberg que ameaça por a pique um processo de globalização que, apesar de ter produzido avanços consideráveis em diversos âmbitos da vida social em todo o mundo, caracteriza-se cada vez mais pela assimetria.

Afortunadamente, a poesia do espanhol Antonio Machado indica que “andarilho, não há caminho, o caminho faz-se caminhando” e ainda podemos mudar o curso das negociações internacionais para a materialização de um estilo de desenvolvimento social, político, cultural, econômico e, em definitiva, eticamente sustentável. Como destacou um grupo de estudiosos internacionais sob a liderança do prestigioso DIE - Instituto Alemão para o Desenvolvimento, em declaração pública difundida no ano passado: “Não é pedir demais de nossos governos que assumam a sua responsabilidade coletiva! Conclamamos os nossos governos a priorizar a Rio+20 e os temas consensualmente acordados em suas agendas domésticas sem mais delongas, para assim preparar suas sociedades para a transição para uma economia verde no contexto da situação particular de seus respectivos países, e para que as Nações Unidas possam atuar como promotora global do desenvolvimento sustentável, sobretudo, através do reforço da sua autoridade no campo da governança ambiental internacional. É agora ou nunca, o que significa também que não é tarde demais - ainda” (DIE, 2011).

Se a sobriedade exige reconhecer que o tempo está realmente se esgotando após o fracasso da Rio+20, a ética da sustentabilidade impõe lembrar que as gerações futuras não nos perdoarão se agirmos como a orquestra do Titanic nos momentos finais antes do naufrágio. Já não é o momento de debater a ciência, a governança, as instituições ou os atores necessários para promover as mudanças necessárias. Por mais que ainda exista muito por conhecer, o mundo já está cansado de saber quais são os desafios mais urgentes, os responsáveis e as maneiras de superá-los.

Seria por certo um exagero sugerir que Samuel Beckett estava pensando sobre o desenvolvimento sustentável e a Rio+20 na noite de 5 de janeiro de 1953, na estreia mundial de uma de suas obras mais famosas no Left Bank Theatre of Babylon, em Paris. Beckett desvenda “o sofrimento do ser” por meio da tragicomédia de Estragon e Vladimir esperando por algo ou alguém para aliviar o seu tédio, ainda que a mensagem da peça seja a esperança. Em mais de um sentido, a desesperança a respeito do estado atual do planeta, reforçada pelo autismo dos governos presentes à Rio+20, pode nos transformar em Estragon e Vladimir, lutando para superar o tédio debatendo sobre sustentabilidade.

Rivalizando com o clássico de Beckett, quanto mais discursamos sobre o nosso Godot do desenvolvimento sustentável, menos provável é que este se materialize. O tempo das discussões intermináveis e sem resultados concretos parece ter-se esgotado.

Como afirmou a Embaixadora de Granada, Dessima Williams (2009), que Preside a Aliança dos Pequenos Estados Insulares, em um encontro científico internacional: “Vimos aqui como embaixadores do planeta para alertar as sociedades ocidentais de que precisamos de ações, AGORA”.

Agora é hora de agir. Esperemos, à semelhança do que ocorreu com a Apollo 13, e contra todas as probabilidades neste momento, que possamos pousar com segurança no desenvolvimento sustentável em um futuro próximo. Antes que seja tarde.

Referências bibliográficas

AMIGOS DA TERRA. Lobistas financiados pela Esso tentam sabotar cúpula de Johannesburgo. **Amazonia Newsletter**, 15 de Agosto. Disponível em: <<http://www.amazonia.org.br/noticias/noticia.cfm?id=20716>>. Acesso em: 10 jun. 2002.

ANTUNES, C.; ANGELO, C. Texto da Rio+20 será ‘equilíbrio de descontentamentos’, diz negociador. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1106400-texto-da-rio20-sera-equilibrio-de-descontentamentos-diz-negociador.shtml>>. Acesso em: 18 jun. 2012.

CARVALHO, E. Falta de acordo seria fracasso do sistema internacional, diz ONU. **G1**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/falta-de-acordo-seria-fracasso-do-sistema-internacional-diz-onu.html>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

Comissão das Nações Unidas para América Latina e Caribe (CEPAL). La Plataforma de Acción de Rio de Janeiro Platform Camino a Johannesburgo 2002, Santiago do Chile, ECLAC, **PLEN/1/Rev.1**, 9 de Novembro, 2001.

CEPAL, 2002),

_____. Crecimiento con Estabilidad: Financiamiento para el Desarrollo en el Nuevo Contexto Internacional. In: Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento, 2002, Monterrey. **Série Livros da CEPAL Nº 67 (LC/G.2171-P)**. Santiago do Chile: 2002.

CÚPULA DOS POVOS. **Deleting our Rights, Bracketing our Future**. Disponível em: <<http://cupuladospovos.org.br/en/2012/03/deleting-our-rights-bracketing-our-future/>>. Acesso em: 26 mar. 2012.

DIAMOND, J. **Colapso**: Como as Sociedades Escolhem o Fracasso ou o Sucesso. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

DEEN, T. U.S. lifestyle is not up for negotiation. **OTHER NEWS**. Disponível em: <<http://www.other-news.info/2012/05/u-s-lifestyle-is-not-up-for-negotiation/>>. Acesso em: 5 de maio de 2012.

Deutsches Institut für Entwicklungspolitik (DIE). **Now is the time**: Why Rio+20 must succeed. Bonn: DIE, 2011.

Friends of the Earth International (FOEI). **Send a letter to reclaim the UN from corporate capture.** Disponível em: <<http://www.foei.org/en/get-involved/take-action/reclaim-the-un-from-corporate-capture>>. Acesso em: 16 jun. 2012.

GREENPEACE. Rio+20: High Seas protection possible; right to food? US says: "delete". Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/international/en/news/Blogs/makingwaves/rio20-high-seas-protection-possible-right-to-/blog/40828/>>. Acesso em: 10 jun. 2012a.

_____. **Greenwash+20:** How some powerful corporations are standing in the way of sustainable development. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/international/en/publications/Campaign-reports/Climate-Reports/GreenwashPlus20/>>. Acesso em: 15 jun. 2012b.

_____. **Rio+20:** The Future We Want versus the Powerpoint they negotiate. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/international/en/news/Blogs/makingwaves/rio20-the-future-we-want-versus-the-powerpoint/blog/40658/>>. Acesso em: 15 jun. 2012c.

GRUNBERG, I.; KHAN, S. (Eds.). **Globalization: The United Nations Development Dialogue: Finance, Trade, Poverty, Peace-Building.** Nova York: United Nations University Press, 2000.

GUIMARÃES, R. **The Ecopolitics of Development in the Third World: Politics and Environment in Brazil.** Boulder e Londres: Lynne Rienner Publishers, 1991.

_____. El Discreto Encanto de la Cumbre de la Tierra: Una Evaluación Impresionista de la Conferencia de Rio. **Nueva Sociedad**, n. 122, p. 86-103, 1992.

_____. Nuevas Temáticas en las Políticas Públicas. In: GUZMAN, V.; HOLA, E. (Eds.). **El Conocimiento como un Hecho Político.** Santiago do Chile: CEM, 1996.

_____. A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento, In: VIANA, G.; SILVA, M.; DINIZ, N. (Org.). **O desafio da sustentabilidade: Um debate socioambiental no Brasil.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

_____. Entre Rio-92 y Johannesburgo-2002, Sostenibilidad del Desarrollo en América Latina y el Caribe: Eramos Felices y No Sabíamos. **Revista Ambiente y Desarrollo**, v. 18, n. 1, p. 60-69, 2002.

_____. Waiting for Godot: Sustainable Development, International Trade and Governance in Environmental Policies. **Contemporary Politics**, v. 10, n. 3-4, p. 203-225, 2004.

GUIMARÃES, R. "Houston, we've had a problem" rumo à Rio+20? **ECO 21**, Rio de Janeiro, ed. 186, Maio, p. 8-10, 2012.

GUIMARÃES, R.; FONTOURA, Y. A Natureza Ético-Política das Dimensões Humanas das Mudanças Ambientais Globais. **Revista da ANPEGE**, v. 6, p. 73-87, 2010.

GUIMARÃES, R.; FONTOURA, Y. Desenvolvimento Sustentável na Rio+20: discursos, avanços, retrocessos e novas perspectivas. **Cadernos EBAPE.BR**, v. X, n. 3, p. 509-532, 2012.

HUMAN RIGHTS COUNCIL. **If Rio+20 is to deliver, accountability must be at its heart**. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/SP/Pages/OpenLetterRio20.aspx>>. Acesso em: 15 jul. 2012.

INVESTMENT WATCH. U.S 1929 Great Depression vs. 2008 financial, housing, credit crisis. **Investment Watch**. Disponível em: <<http://investmentwatchblog.com/us-1929-great-depression-vs-2008-financial-housing-credit-crisis/#.UCq1-chSRqs>>. Acesso em: 2 ago. 2012.

JANSEN, R. Em Londres até o Brasil critica a falta de ambição da Rio+20. **O GLOBO**. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/ciencia/em-londres-ate-brasil-critica-falta-de-ambicao-da-rio20-4416111>>. Acesso em: 26 mar. de 2012.

MÁRQUEZ, Gabriel Garcia. **Crônica de uma morte anunciada**. Rio de Janeiro, Record, 2000.

Ministério do Meio Ambiente. **Implementação da Agenda 21, do Programa para o Prosseguimento da Implementação da Agenda 21 e dos resultados da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Nações Unidas A/RES/64/236)**. Disponível em: <http://hotsite.mma.gov.br/rio20/wp-content/uploads/Resolu%C3%A7%C3%A3o-64-236-da-Assembl%C3%A9ia-Geral-da-ONU-traduzida.pdf>, 31 março 2010.

NAREDO, J. **Sobre el Origen, el Uso y el Contenido del Término Sostenible**. Disponível em: <<http://habitat.aq.upm.es/cs/p2/a004.html>>. Acesso em: 12 jul. 1998.

NOGUEIRA, I. Cúpula dos Povos rejeita negociação de governos. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1105554-cupula-dos-povos-rejeita-negociacao-de-governos.shtml>>. Acesso em: 18 jun. 2012.

PIRES, M. Cientistas se reúnem para dar sugestões à Rio+20. **VEJA**. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/ciencia/comunidade-cientifica-se-reune-para-dar-sugestoes-a-rio-20>>. Acesso em: 14 jun. 2012.

Escritório Regional para América Latina e Caribe do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA/ORPALC). **Iniciativa Latinoamericana y Caribeña para el Desarrollo Sostenible**. Cidade do México: UNEP/LAC-IC.7/6/Anx.1, 2002.

PRADA, P.; VOLCOVICI, V. **Texto fraco da Rio+20 faz mundo apostar nas pessoas e empresas**. ESTADÃO. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,texto-fraco-da-rio20-faz-mundo-apostar-nas-pessoas-e-empresas,890107,0.htm>>. Acesso em: 25 jun. 2012.

RICUPERO, R. **A Face Visível da Desigualdade**. A Follha de São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0807200112.htm>>. Acesso em: 11 jul. 2001.

STIGLITZ, J. Cambiar la Prioridades. **El País**. Quinta-Feira, 11 de Outubro, Disponível em: <http://www.jubilee2000uk.org/analysis/articles/Cambiar_las_prioridades.htm>. Acesso em: 15 abr. 2001.

THE GUARDIAN. Far Right attempts to undermine Earth Summit. **The Guardian**. Disponível em: <<http://www.cpa.org.au/z-archive/g2002/1106earth2.html>>. Acesso em: 2 ago. 2012.

United Nations Conference on Sustainable Development (UNCSD). **The Future We Want**. Disponível em: <<http://www.uncsd2012.org/content/documents/727The%20Future%20We%20Want%2019%20June%201230pm.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2012b.

United Nations Environmental Programme (UNEP). **Global Environment Outlook (GEO-5): summary for policy makers**. United Nations Environmental Programme. UNEP: Nairobi, 2012.

VEJA. Para UE, falta ambição ao Brasil em texto da Rio+20. **VEJA**. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/para-ue-falta-ambicao-ao-brasil-em-texto-da-rio-20>>. Acesso em: 21 jun. 2012.

WILLIAMS, D. Statement at the Plenary Session on Social Equity, Cohesion and Sustainable Adaptation. In: **7th International Conference on the Human Dimensions of Global Environmental Change**, Bonn. Doc. Mimeo, 2009.

World Wildlife Fund (WWF). **Rio+20 tem que garantir que o futuro seja sustentável e justo**. Disponível em: <http://www.wwf.org.br/informacoes/noticias_meio_ambiente_e_natureza/?31584>. Acesso em: 13 jun. 2012.

Submetido em: 08/08/2012

Aceito em: 04/09/2012

RIO + 20 OU RIO-20? CRÔNICA DE UM FRACASSO ANUNCIADO¹

ROBERTO PEREIRA GUIMARÃES;
YUNA SOUZA DOS REIS DA FONTOURA

Resumo: Passadas quatro décadas da Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano, e decorridos apenas alguns meses da Rio+20, parece apropriado analisar o caminho percorrido a partir de Rio-92 e os desafios, em grande parte frustrados, da conferência recém concluída no Rio de Janeiro. Para tais propósitos, são analisados os avanços e retrocessos da agenda global de desenvolvimento sustentável, do processo preparatório e dos resultados alcançados no Rio em Junho de 2012, como também das ameaças provocadas pela nova agenda de segurança estratégica após os eventos de 11 Setembro de 2001 e pela crise econômica e financeira que já dura praticamente uma década. O artigo conclui com as perspectivas da agenda internacional nos próximos anos.

Palavras-chave: Rio+20. Desenvolvimento sustentável. Agenda ambiental global. Perspectivas.

Abstract: After four decades since the Stockholm Conference on the Human Environment and after just a few months of Rio+20, it seems appropriate to assess the path followed since Rio+92 and the challenges, mostly frustrated, posed by Rio+20. For this purpose, it is analyzed the advances and shortcomings of the global agenda of sustainable development, of the preparatory process and the results achieved in Rio in June 2012, as well as of the threats posed by the new agenda of strategic security after the events of 11 September 2001 and by the economic and financial crisis lasting for half a decade already. The article concludes with the perspectives of the international agenda of sustainable development in the coming years.

Key-words: Rio+20. Sustainable development. Global environmental agenda. Perspectives.

Resumen: Pasadas cuatro décadas desde la Conferencia de Estocolmo sobre Medio Ambiente Humano, y transcurridos tan solo algunos meses de la Rio+20, pareciera apropiado analizar el camino percorrido a partir de la Rio-92 y los desafíos, en grande parte frustrados, de la conferencia recién concluída en Rio de Janeiro. Para tales propósitos, serán analisados los avances e retrocesos en la agenda global de desarrollo sustentable, en el proceso preparatorio y en los resultados alcanzados en Rio en Junho de 2012, como también de las amenazas provocadas por la nueva agenda de seguridad estratégica luego de los eventos de 11 Setembro de 2001 y por la crisis

económica y financiera que ya dura prácticamente una década. El artículo concluye con las perspectivas de la agenda internacional en los próximos años.

Palabras clave: Rio+20. Desarrollo sustentable. Agenda ambiental global. Perspectivas.
